

REPSOL CONFIRMA AO JA PRAZO PARA PRIMEIRA PERFURAÇÃO NA COSTA ALGARVIA

# Prova de que há gás ou petróleo prestes a ser revelada

A prova que faltava para mostrar que há gás natural e petróleo no Algarve para ser explorado comercialmente vai ser revelada no primeiro semestre do próximo ano. A notícia, revelada em primeira mão pelo JA em fevereiro de 2012, foi agora confirmada publicamente pelo ministro da Economia. Em declarações ao JA, a Repsol confirma que está a seguir o plano à risca e que no início do próximo ano será feito o primeiro poço exploratório. Se o resultado da perfuração for positivo - como apontam todos os indícios -, é sinal que foi descoberto gás natural ou petróleo na região algarvia

> Nuno Couto

A Repsol dá a entender ao JA que a alma do negócio - o segredo - é cada vez mais difícil de conter. "Não temos comentários a fazer em relação à entrevista do ministro da Economia relativamente às questões sobre pesquisa de gás natural no Algarve", adiantou esta semana ao JA António Martins Victor, diretor de comunicação e relações externas da Repsol portuguesa. "Não há, nesta altura, informação nova", acrescentou o responsável da companhia petrolífera espanhola, confirmando aquilo que já tinha revelado ao JA em primeira mão em fevereiro de 2012, e que voltou a confirmar já no início deste ano: o Algarve terá o primeiro poço exploratório no primeiro semestre de 2014.

Tal como o JA adiantou na altura, a Repsol concluiu o estudo sísmico em meados de 2012 e este ano avançou com a avaliação dos dados recolhidos.

O próximo passo do projeto de exploração petrolífera

ao largo do Algarve - a cerca de 40 quilómetros da costa algarvia, em dois blocos localizados em frente de Faro e Vila Real de Santo António - é a realização do primeiro poço exploratório, que vai revelar finalmente se existe - ou não - gás natural e petróleo nas quantidades necessárias para serem exploradas do ponto de vista comercial.

## "Os indícios são fortes"

Na semana passada, o ministro Álvaro Santos Pereira disse na SIC Notícias que as probabilidades de exploração são fortes e considerou que o processo só não avançou durante os últimos nove anos porque houve "falta de vontade política".

O governante afirmou que este investimento - superior a 40 milhões de euros - é fundamental "para saber se existe alguma coisa ou não", sendo que "os indícios são fortes" e a costa algarvia tem "um potencial muito interessante" nesta área. Atualmente, haverá dez poços em avaliação e o ministro diz que "as empresas

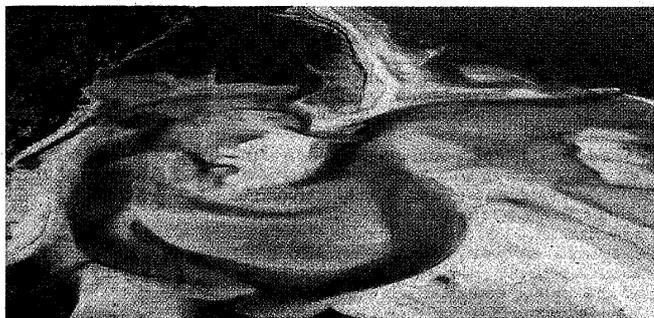
costumam explorar quando há hipóteses de 10 ou 15 por cento". "Neste caso chegamos a ter hipóteses de 30 por cento", referiu.

Há quatro meses, o JA já dava conta da confiança e otimismo da Repsol e do Ministério da Economia na existência de reservas de gás natural ou petróleo na região passíveis de serem exploradas comercialmente.

Os primeiros dados da campanha de prospeção revelaram a existência de várias estruturas geológicas "potencialmente interessantes", mas a Repsol remete para um futuro próximo um anúncio definitivo sobre o assunto. O primeiro poço será perfurado em 2014 na costa algarvia e a partir daí tudo pode acontecer...

## Negócio sem contrapartidas para a região

Os dois contratos para a concessão de direitos de pesquisa e produção de hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), nas áreas designadas por "Lagosta" e "Lagostim", foram



Os resultados das pesquisas realizadas até agora apontam para fortes indícios de que há gás ou petróleo na costa algarvia

assinados pela Repsol e pelo governo português em outubro de 2011.

Para além da Repsol, a Par-tex Oil&Gas também já assegurou a entrada no projeto de pesquisa de petróleo e gás natural no Algarve.

O Ministério da Economia, através da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), diz que este foi o "primeiro passo" para atrair empresas estrangeiras e potenciar grandes

descobertas no nosso país.

Porém, estes contratos têm sido alvo de muitas dúvidas e críticas, mesmo por parte de deputados do PSD, que querem ver acautelados os interesses da região. Mendes Bota já denunciou que os efeitos deste acordo poderão prolongar-se para os próximos 55 anos, sendo que "a região ficou vinculada a um negócio que comporta riscos ambientais, de contrapartidas finan-

ceiras indeterminadas ou insuficientes para o Estado, com potenciais lucros milionários para a indústria do petróleo, mas sem quaisquer contrapartidas concretas e conhecidas para o Algarve".

Também o setor do turismo está preocupado com os eventuais riscos que uma catástrofe ambiental poderia representar para uma região que tem nas praias a sua principal atração.

PUB



Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

## Consulta Pública

### Avaliação de Impacte Ambiental da Unidade de Execução I do Plano de Pormenor da Praia Grande

PropONENTE: Finalgarve - Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística, S.A.  
LICENCIADOR: Câmara Municipal de Silves

O projecto acima mencionado está sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, conforme estabelecido nas alíneas c) e f) n.º 12 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro. Este projecto localiza-se no concelho de Silves, freguesia de Pêra.

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 2 do art. 14.º e nos arts. 24.º, 25.º e 26.º do referido Decreto-Lei, a CCDR Algarve, enquanto Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, informa que o Estudo de Impacte Ambiental, incluindo o Resumo Não Técnico, encontra-se disponível para Consulta Pública, durante 25 dias úteis, de 24 de junho a 26 de julho de 2013, nos seguintes locais:

Agência Portuguesa do Ambiente  
Rua da Murgueira, 9/9A  
2610-124 Amadora

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve  
Rua do Lethes, 32  
8000-387 Faro

Câmara Municipal de Silves  
Largo do Município  
8300-117 Silves

O Resumo Não Técnico (RNT) pode ainda ser consultado na Junta de Freguesia de Pêra, encontrando-se também disponível na página da CCDR Algarve ([www.ccdr-alg.pt](http://www.ccdr-alg.pt)).

No âmbito do processo de Consulta Pública serão consideradas e analisadas todas as opiniões e sugestões apresentadas por escrito, desde que relacionadas especificamente com o projecto em avaliação. Essas exposições deverão ser dirigidas à CCDR Algarve até à data do termo da Consulta Pública.

O licenciamento (ou a autorização) do projecto só poderá ser concedido após Declaração de Impacte Ambiental Favorável ou Condicionadamente Favorável, emitida pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, ou decorrido o prazo para a sua emissão.

Faro, 13 de junho de 2013  
O Presidente, David Santos

## Técnicos decidem localização do primeiro poço

Perfurar está longe de ser o primeiro passo para procurar hidrocarbonetos. Primeiro, é preciso "escutar" o fundo do mar e estudar exaustivamente os resultados para encontrar a localização ideal

Depois da realização dos estudos sísmicos necessários ao largo da região, nos blocos denominados "Lagosta" e "Lagostim", efetuados durante o ano de 2012, o pessoal especializado da Repsol passou o primeiro semestre de 2013 a analisar os resultados, recorrendo a tecnologia de exploração avançada. Depois desta fase de processamento e interpretação dos dados, os técnicos vão decidir a localização de um primeiro poço exploratório.

Depois de selecionado o local, o que deverá acontecer até ao final de 2013, a petrolífera espanhola vai perfurar o fundo do mar com vista à descoberta e exploração de hidrocarbonetos (gás natural e petróleo).

Este primeiro poço exploratório vai começar a ser perfurado no primeiro semestre de 2014. Terminado todo este processo, a petrolífera espanhola vai tomar uma decisão e avançar com a exploração de hidrocarbonetos propriamente dita.

N.C.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

(Jornal do Algarve, 27/06/2013)